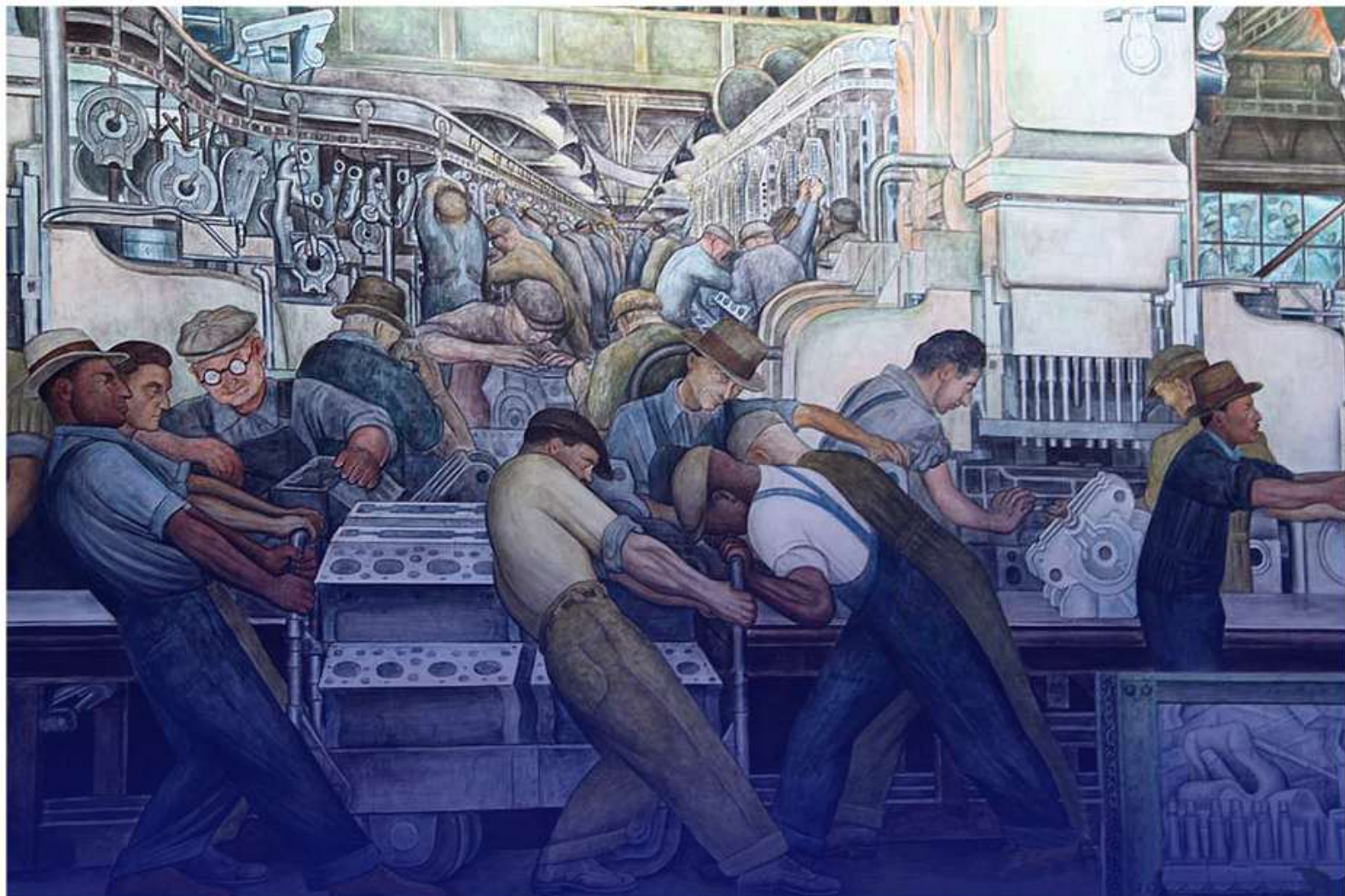




Debates en Filosofía y Ciencias Políticas 2025: XXV Jornadas Internacionales en Filosofía y Ciencias Políticas



Director: Pablo Eduardo Slavin;
Juliana Tumini.

Debates en Filosofía y Ciencias Políticas 2025 : XXV Jornadas Internacionales en Filosofía y Ciencias Políticas /

Sofía Victoria Giménez Iraola ... [et al.] ; Compilación de Lucía Martínez Irazoqui ; Sofia Giménez Iraola ; Florencia Gimenez Iraola ; Coordinación general de Estefanía Slavin ; Director Pablo Eduardo Slavin ; Juliana Tumini. - 1a ed. - Mar del Plata : Universidad Nacional de Mar del Plata, 2026.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-811-261-9

1. Filosofía Política. 2. Política. 3. Derecho. I. Giménez Iraola, Sofía Victoria II. Martínez Irazoqui, Lucía, comp. III. Giménez Iraola, Sofia, comp. IV. Gimenez Iraola, Florencia, comp. V. Slavin, Estefanía, coord. VI. Slavin, Pablo Eduardo, dir. VII. Tumini, Juliana, dir.

CDD 100

DIRECCIÓN DE

Pablo Slavin

Juliana Tumini

COMPILACIÓN DE

Lucía Martínez Irazoqui

Lucía Escalante

Sofía Giménez Iraola

Florencia Giménez Iraola

COORDINACIÓN GENERAL DE

Estefanía Slavin

ÍNDICE

1. PRÓLOGO (Pablo Slavin) --- 3
2. DERECHO A LA SALUD EN ARGENTINA. POSTURAS LIBERALES (José Luis Aliende Alvarez) --- 7
3. “ME SACÓ POR COMPLETO DE MI CONDICIÓN Y ROL DE PRESO” LAS PRÁCTICAS SOCIO-COMUNITARIAS SIGUEN SUMANDO AL PROYECTO EDUCATIVO DE LA FACULTAD DE DERECHO EN LA UNIDAD PENAL 15 (María Julia Amilcar) --- 18
4. “LA MODERNIDAD EN WALTER BENJAMIN” (Emilio Manuel Alderete Avalos) --- 30
5. CONTEXTO Y CREATIVIDAD ALGUNAS PREGUNTAS E IDEAS PARA LA UNIVERSIDAD (Laura Cipriano) --- 43
6. REFORMAS LEGALES Y PROCESO PENAL EN EL OCASO DEL RÉGIMEN OLIGÁRQUICO EN LA PROVINCIA BUENOS AIRES (Gisela Sedeillan) --- 53
7. EL DERECHO DEL TRABAJO Y LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL (Daniel Alejandro Lanza) --- 68
8. ONTOLOGÍA RELACIONAL CUÁNTICA Y LAS ESTRUCTURAS DEL PODER POLÍTICO (Ricardo Jesús López Flores) --- 76
9. A ENCRUZILHADA LATINO-AMERICANA: APORTES PARA UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E DO IMPASSE PROGRESSISTA E O DIREITO À CIDADE PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE (Nathan Belcavello de Oliveira) --- 89
10. DEMOCRACIA EN BUSCA DE EQUILIBRIO: ENTRE INSTITUCIONES, LÍDERES Y PARTIDOS (Ricardo del Barco) --- 97
11. EL “SER-PARA-LA-MUERTE” (DAS SEIN ZUM TODE) DE MARTIN HEIDEGGER: UN POTENCIAL CASO ANTITÉTICO EN LA BÚSQUEDA DE FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS PARA UNA TEORÍA DEL LENGUAJE COOPERATIVO EN EL DERECHO (Marco Yago Muñoz Rossi) --- 118
12. EL LENGUAJE CLARO COMO PUERTA DE ENTRADA A LA DEMOCRACIA (Adriana Analía Arias) --- 128

13. CARL SCHMITT Y TEOLOGÍA POLITICA. EL CONCEPTO DE KATEJÓN COMO CATEGORIA DE ANÁLISIS DE LAS CIENCIAS POLÍTICAS Y EL DERECHO POLÍTICO APLICADO A LA POLÍTICA Y AL DERECHO CONSTITUCIONAL ARGENTINO (Cristian Jorge Marcelo Moix) --- 134
14. PARQUES INDUSTRIALES EN EL SUDESTE BONAERENSE: ENTRE LA PLANIFICACIÓN LOCAL Y LAS DESIGUALDADES DEL DESARROLLO (Camila W. Landeyro) --- 148
15. EL AMPARO COLECTIVO AMBIENTAL COMO HERRAMIENTA INSUFICIENTE PARA GARANTIZAR EL ACCESO A LA JUSTICIA EN LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES (Sofia Gimenez Iraola y Florencia Gimenez Iraola) --- 161
16. LA ODISEA DE LLEVAR A CABO UN PROCEDIMIENTO DE INSCRIPCIÓN TARDÍA: ANÁLISIS DEL FALLO: D.N.E. S/ INSCRIPCIÓN DE NACIMIENTO (CÁMARA CIVIL Y COMERCIAL DE DOLORES, 2020) (Por Marcela Iraola) --- 169

A ENCRUZILHADA LATINO-AMERICANA: APORTES PARA UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E DO IMPASSE PROGRESSISTA E O DIREITO À CIDADE PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Nathan Belcavello de Oliveira⁸⁹

Introdução

A América Latina e o mundo se encontram em uma encruzilhada histórica profunda, marcada pela ascensão de projetos políticos de extrema-direita e pelo colapso de consensos democráticos. Para decifrar as raízes orgânicas desta crise, que é mais do que um mero desvio político, é necessário um diagnóstico multidimensional.

Aqui se propõe aportes para uma análise tríplice, articulando as lentes da Geografia, da Filosofia e da Ciência Política para desvendar os alicerces materiais, culturais e institucionais do mal-estar regional. Argumenta-se que a atual conjuntura é o sintoma de três crises convergentes: a crise geográfica da desigualdade espacial, que fragmenta o tecido social e alimenta o ressentimento; a crise filosófica do diálogo, que necrosou o debate público e permitiu a ascensão de um antipluralismo agressivo; e a crise política da representação, que levou à captura das instituições democráticas. A extrema-direita, longe de ser uma anomalia, soube explorar com cinismo e eficácia essas fraturas.

A superação deste impasse, no entanto, exige dos setores progressistas mais do que uma postura reativa; exige uma nova síntese política, capaz de transformar a luta pelo “Direito à Cidade” em um projeto integral de emancipação, que responda simultaneamente à segregação urbana, à guerra de narrativas e à falência da representação, apontando para uma “Geografia da Esperança” como horizonte último.

1. A Geografia da Desigualdade e a fragmentação do espaço público

A Geografia oferece a primeira chave de leitura: o território como base material e condicionante da crise. A análise geográfica latino-americana, fortemente influenciada por pensadores como Milton Santos (2004, 2006) e Ana Fani Alessandri Carlos (2007), insiste que o espaço não é um mero recipiente de eventos sociais, mas um agente ativo

⁸⁹ Instituto de Direito Urbanístico de Brasília / Centro Humboldt. Correo electrónico: belcavello@hotmail.com

na produção das relações sociais, ao que se conceituou, em Nathan Belcavello de Oliveira e Fernando Luiz Araújo Sobrinho (2012: 5), o espaço como:

[...] a conjunção indissolúvel e dialética de três elementos básicos: a materialidade (o físico, o concreto, a natureza, a superfície terrestre, os objetos, as formas ou, como aqui queremos salientar, o território), os tempos (geológico, cronológico, sincrônico, diacrônico, entre outros) e a sociedade (nas suas instâncias econômica, social, política, cultural e espacial). Desta maneira, não podemos sopesar o espaço somente como sendo o território, uma vez que os tempos e a sociedade também o constituem, dando a este território uma configuração territorial, com dinâmica, vida, intencionalidade, função, conteúdo, e por ele sendo constituídos, dialeticamente produzindo a totalidade.

Tal perspectiva conceitual permite vislumbrar “entre os elementos básicos sopesados ao espaço geográfico enquanto totalidade, [que] um merece atenção especial por parte dos geógrafos, que é a materialidade ou [...] o território” (Oliveira, 2013: 75). Assim se pode considerar a violência da urbanização capitalista periférica, marcada por uma segregação espacial radical, criando territórios contrastantes e um caldo de cultura para o ressentimento e a polarização.

Nesse sentido, as metrópoles latino-americanas se (con)formam em frações do espaço com justaposição brutal. De um lado, condomínios fechados – os “enclaves fortificados” de que fala a geógrafa Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) – e, do outro, periferias com acesso precário a direitos fundamentais. Esta Geografia da Desigualdade não é apenas material; é também política e simbólica, o que, respectivamente, denominou-se neoliberalismo e globalização. Materializa-se por meio do que se conceituou como formas geográficas da globalização (Oliveira, 2005: 34-36 – grifo nosso):

Acompanhando a nova lógica de flexibilização produtiva, de comunicação e de consumo, o espaço se vê equipado pelos fixos necessários aos novos fluxos globalizados. E, como nunca antes visto, esta instrumentalização do espaço geográfico (através da inserção de tecnologia e conhecimento no território, materializados nas infra-estruturas de comunicação virtual e física, na produção e no consumo tanto de bens, quanto de informação) dá-se impregnada de ideologia justificadora, no sentido de que esta chega a anteceder à materialização posta em prática pela lógica espacial da globalização, caracterizando as formas geográficas específicas do período, quer dizer, **formas**

geográficas da globalização [...] tanto materializadas diretamente pelo capital global e para as classes sociais inseridas no sistema mundial (plantas de empresas globais, cabos de fibra-ótica, torres de telefonia celular, *shopping centers*, loteamentos fechados e condomínios verticais e horizontais, etc.), quanto pela parcela da sociedade simplesmente ignorada pelo capital mundial, mas que luta por sua sobrevivência (favelas, feiras informais, camelôs, entre outros).

Gera fragmentação do espaço, onde áreas públicas de convívio com o diferente é substituído pelo medo e pela desconfiança. A “cidade dos muros” é o habitat natural de um individualismo possessivo que nega a noção de bem comum, terreno fértil para discursos que culpam os “outros” – os pobres, os migrantes, os defensores de “ideologias” – pela insegurança e pela crise.

Neste contexto, a promessa progressista de inclusão via consumo, característica dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e de experiências similares em outros países latino-americanos, mostrou seus limites. Como aponta Ladislau Dowbor (2017), o acesso ao mercado, ainda que importante, não desmontou as estruturas fundiárias excludentes, não reverteu a lógica perversa da financeirização da cidade e não conseguiu criar uma efetiva integração espacial. Quando a crise econômica global chegou, seguida por graves crises fiscais nos Estados nacionais, o modelo esgotou-se. A Geografia da Desigualdade, temporariamente mascarada como distribuição de renda, reafirmou-se com força, e os setores médios, temerosos de perder seus frágeis ganhos, voltaram-se para um projeto político que prometia restaurar uma ordem supostamente ameaçada – uma ordem que, no fundo, sempre os beneficiara em relação às maiorias.

2. A Filosofia da Crise: o fim do diálogo e a ascensão do antipluralismo

Se a Geografia dá o substrato material, a Filosofia permite mergulhar no universo dos valores, das narrativas e da formação da subjetividade. O pensamento do educador Paulo Freire (2025) é central aqui. Sua pedagogia, fundada no diálogo como ato de amor e coragem, pressupõe um reconhecimento do outro como sujeito de direito e de saber. O que se testemunha hoje na América Latina é a necrose do diálogo. A esfera pública, colonizada pelas redes sociais digitais e por um sistema midiático frequentemente concentrado, transformou-se em um campo de batalha onde prevalece o que a filósofa Marilena Chauí (2000) chamou de “discurso competente” – um discurso

que se apresenta como a única verdade possível, desqualificando e satanizando o adversário.

A extrema-direita soube instrumentalizar essa nova ecologia da comunicação com maestria. Não oferece um projeto de diálogo, mas de monólogo; não busca convencer, mas aniquilar simbolicamente o oponente. Recorre a uma linguagem simples, emocional e frequentemente violenta, que ressoa em uma população cansada da complexidade e da “retórica” política tradicional. Neste sentido, há uma apropriação e um esvaziamento de conceitos freireanos: a luta contra a “opressão” é reconfigurada como luta contra uma “ditadura ideológica” supostamente imposta pelos progressistas. O “oprimido” deixa de ser o pobre sem-terra ou sem-teto para ser o “cidadão de bem”, “oprimido” pelo politicamente correto e pelos direitos de minorias.

Esta batalha filosófica é, também, uma batalha pela memória. A filósofa Suely Rolnik (2019) fala da “guerra do imaginário” e da “pulverização do campo simbólico”. A extrema-direita oferece um imaginário sedutor: o mito do passado glorioso, da nação homogênea, da família tradicional como célula mater de uma sociedade ordenada. É um projeto profundamente antipluralista, que nega a rica e contraditória formação mestiça do Brasil e da América Latina, tão bem explorada pelo antropólogo Darcy Ribeiro (2006). Os progressistas, por outro lado, muitas vezes caíram em uma armadilha: ou defenderam um economicismo reducionista (a ideia de que apenas melhorias materiais bastariam) ou adotaram uma linguagem excessivamente técnica e academicista, incapaz de disputar corações e mentes no terreno pantanoso do imaginário coletivo, indo em direção diametralmente contrária a uma necessária formação de consciência de classe.

3. A Ciência Política da Instabilidade: crise de representação e a captura das instituições

Por fim, a Ciência Política fornece a análise das engrenagens do poder que tornam possível esta conjuntura. Dois fenômenos são centrais: a crise de representação dos sistemas partidários e a estratégia de “constitucionalismo abusivo” ou “autoritarismo legalista” adotada pela nova extrema-direita.

A onda progressista do início do século XXI, com seus avanços inegáveis na redução da pobreza, operou em muitos casos dentro de um modelo de “hiperpresidencialismo” – construído, principalmente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, com as inúmeras edições de Medidas Provisórias – combinado a um “presidencialismo de coalizão” e por meio de sistemas partidários frágeis e

personalistas. Como analisa o cientista político André Vitor Singer (2012) em seu trabalho sobre o lulismo, houve uma combinação de concessões às elites econômicas com políticas de transferência de renda para as bases. Este modelo, contudo, não foi capaz de criar uma hegemonia duradoura. Não consolidou uma nova correlação de forças no interior do Estado e na sociedade, nem fortaleceu suficientemente as instituições de participação popular. Quando a crise econômica e os escândalos de corrupção emergiram, a frágil base de apoio dos governos progressistas se desintegrou, revelando a profunda crise de representação. Os partidos tradicionais, de esquerda e de direita, foram lidos como parte de uma “classe política” corrupta e distante.

A extrema-direita surgiu como uma força “antissistema”. No Brasil, a eleição de Bolsonaro é o exemplo paradigmático: um *outsider* que canalizou o ódio a toda a classe política. No entanto, uma vez no poder, sua estratégia não foi desmontar o Estado, mas capturá-lo. Aqui, o conceito de “constitucionalismo abusivo”, desenvolvido por estudiosos do direito como Oscar Vilhena Vieira (2018), é crucial. Trata-se do uso das formas legais e constitucionais para subverter o conteúdo democrático. Por meio de uma combinação de decretos, nomeações estratégicas para cargos-chave (como o Judiciário e as Forças Armadas), e uma guerra narrativa constante contra instituições de controle, como o Supremo Tribunal Federal, a extrema-direita busca esvaziar a democracia por dentro, mantendo sua fachada.

A paralisia dos setores progressistas, no entanto, é sintomática de uma falha histórica mais profunda: a incapacidade de forjar uma consciência de classe que transcenda as conquistas momentâneas de melhora de renda e de consumo. Ao se debaterem entre a nostalgia de um ciclo econômico anterior e a adoção de uma agenda defensiva, permanecem reféns de uma luta meramente reativa. A superação deste impasse exige, fundamentalmente, um projeto político pedagógico que, sem renunciar à defesa intransigente da democracia e dos direitos humanos, articule as demandas por segurança, estabilidade e valores à raiz comum da exploração de classe. Só assim a luta defensiva se transformará em uma narrativa ofensiva e mobilizadora para o futuro, onde a emancipação coletiva seja o eixo unificador.

Considerações finais: na encruzilhada, a urgência de uma nova síntese e o direito à cidade para a formação da consciência de classe

A encruzilhada latino-americana é, portanto, o ponto de interseção de uma crise geográfica (a desigualdade espacial que gera ódio), uma crise filosófica (a ruptura do